

Revista de Conjuntura

Publicação do Conselho Regional de Economia do Distrito Federal

ARTIGOS

**A gestão do pré-sal e a
ameaça da doença
holandesa no Brasil**

Eduardo Toledo Neto

**Países emergentes:
definições, papéis e impactos
na atual ordem global**

José Nelson Bessa Maia

**Estrutura e dinâmica do
mercado de trabalho do
Distrito Federal**

Marcelo Lopes de Souza

Rosane de Almeida Maia

Tiago Oliveira

**Nash desfavorável ao
administrador público:
o jogo do Convite**

José Henrique Fernandes Borges

**A reação da economia
brasileira aos impactos da
crise financeira internacional**

José Luiz Pagnussat

PROFESSORES EMÉRITOS DE BRASÍLIA



Charles Mueller foi o primeiro professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB) a receber o título de professor emérito. É o primeiro, também, a participar da nova série de entrevistas.

**No enfrentamento da
crise, será preciso a
“mão visível do Estado”?**



O discurso keynesiano ganha força diante da crise econômica mundial. E a ideia da eficiência do mercado na alocação dos recursos econômicos, está sendo questionada.

Nesta edição

7

**A gestão do pré-sal e a ameaça da
doença holandesa no Brasil**

Eduardo Toledo Neto

14

**Países emergentes: definições,
papéis e impactos na
atual ordem global**

José Nelson Bessa Maia

34

**Estrutura e dinâmica do mercado
de trabalho do Distrito Federal**

Marcelo Lopes de Souza

Rosane de Almeida Maia

Tiago Oliveira

43

**Nash desfavorável ao
administrador público:
o jogo do Convite**

José Henrique Fernandes Borges

46

**A reação da economia brasileira
aos impactos da crise
financeira internacional**

José Luiz Pagnussat

Revista de Conjuntura

Publicação do Conselho Regional de
Economia do Distrito Federal

ANO IX • Nº 37 • janeiro/março de 2009

2 editorial

3 entrevista

Professores Eméritos de Brasília

Charles Curt Mueller

30 capa

**No enfrentamento da crise, será
preciso a "mão visível do Estado"?**



A assinatura da Revista de Conjuntura pode ser efetuada
contactando o Corecon/DF. O valor da assinatura é de
R\$ 80,00 anual, o que equivale a quatro edições da revista.

ARTIGOS

Editor responsável
José Luiz Pagnussat

Conselho editorial
Humberto Vendelino Richter
José Fernando Cosentino Tavares
José Roberto Novais de Almeida
Júlio Flávio Gamalro Miragaya
Mário Sérgio Fernandez Sallorenzo
Maurício Barata da Paula Pinto

Jornalista responsável
Daniela Lima (Reg. DRT/DF-4926)

Redação
Daniela Lima

Revisão
Marluce Moreira Salgado

Editoração eletrônica
www.arsventura.com.br

Tiragem: 4.000
Periodicidade: trimestral

As matérias assinadas por colaboradores
não refletem, necessariamente, a posição da
entidade. É permitida a reprodução total ou
parcial dos artigos desta edição, desde que
citada a fonte.

**CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
DA 11ª REGIÃO - DF**

Presidente
José Luiz Pagnussat

Vice-presidente
Jusçanio Umbelino da Souza

Conselheiros efetivos
Mário Sérgio Fernandez Sallorenzo
Roberto Boccado Picchelli
Max Leno de Almeida
Mônica Beraldo Fabrício da Silva
Maurício Barata da Paula Pinto
Homero Gustavo Ragnaldo Lima
José Luiz Pagnussat
Jusçanio Umbelino da Souza
Humberto Vendelino Richter

Conselheiros suplantes
Paulo Luiz Aguiar de Oliveira
Miguel Randy
André Nunes
Guilherme Costa Delgado
Newton Ferreira da Silva Marques
Victor José Hohl
Érton Birk Tebela
Dionísio Alves Carqueia
Ronaldo Silva Nunes

Conselheiro Federal pelo DF
Júlio Miragaya

Gerente Executivo
Ismar Marques Tebela

Equipe do Corecon
Angailton Francisco Lima Falcão
Iraci da Costa Lopes
Jamildo Cezário Gomes
Maria Aparecida Carneiro
Michela Cantuária Soares

Estagiário
Tyago Belarmino da Lira (ano médio)

End.: SCS Qd. 04, Ed. Embaixador, Sala 202
CEP 70300-907 - Brasília/DF
Tel: (61) 3125-9242 / 3123-1429
3064-8366 / 3064-8368
Fax: (61) 3064-8364
E-mail: corecondf@corecondf.org.br
Site: www.corecondf.org.br
Horário de funcionamento:
das 8h às 18h (sem intervalo)

Editorial

As mudanças na política macroeconômica brasileira, para enfrentamento da crise, estão na direção correta. O que se espera dos gestores da política econômica, diante de um processo recessivo, é a redução dos juros, o afrouxamento da política monetária, a ampliação do crédito e do gasto público e a redução das metas de superávit fiscal, além de outros incentivos e apoio aos setores em dificuldades. O problema é a timidez e a defasagem na resposta da política monetária e da redução dos juros.

A manutenção dos juros em patamares elevados é inconsistente com a realidade atual da economia brasileira e é um freio forte para a retomada do crescimento econômico. O Banco Central está perdendo uma oportunidade ímpar de mudar o patamar da taxa básica de juros para níveis civilizados, sem os riscos de pressão de demanda e de preços.

O fato é que o conservadorismo na gestão da política monetária e de juros entra em contradição com as políticas de promoção ao desenvolvimento, anulando-as e prolongando a crise. A redução forte das taxas de juros é um pré-requisito para essa estratégia desenvolvimentista.

Nos últimos anos, a política de juros altos foi eficiente no combate à inflação, mas impediu um crescimento mais robusto da economia brasileira, apesar do esforço de redução da taxa básica de juros, implementada de forma gradativa e sem impactos altistas nos preços. Não eram recomendáveis movimentos fortes nas taxas de juros, pois os riscos de retomada do processo inflacionário eram elevados. No contexto de crise, entretanto, em que a demanda agregada está deprimida, os riscos maiores são de deflação e não de inflação. Não há o dilema entre políticas de crescimento ou de estabilização. Só há uma prioridade: sair da estagnação e propiciar as condições para a retomada do crescimento.

Neste contexto, a retomada do desenvolvimento requer forte intervenção do Estado no sentido de criar demanda efetiva, propiciando um espaço largo para o afrouxamento da política monetária e a redução dos juros, como vem ocorrendo em todos os países do mundo.

Do lado fiscal, a política econômica recomendada deve incluir a ampliação do gasto corrente no curto prazo para sair da estagnação, e nos investimentos no médio prazo, para dar sustentabilidade à retomada do crescimento econômico. As políticas macroeconômicas ativas de inspiração keynesiana, a indução ao investimento produtivo e mecanismos de financiamento do investimento são o único caminho para o desenvolvimento.

O Brasil tem todas as condições de retomada do ciclo de crescimento iniciado em 2004, que vinha propiciando um crescimento anual da renda per capita em torno de 3,5% ao ano, após 22 anos de estagnação (1981-2003).

O êxito na retomada do crescimento econômico e no enfrentamento da crise depende da eficiência da política macroeconômica. Não haverá desenvolvimento sem a ação ágil e forte do Estado, com medidas de política econômica na direção e intensidade adequadas aos desdobramentos da crise e com o firme propósito de promover o crescimento da economia.

ARTIGO

A gestão do pré-sal e a ameaça da doença holandesa no Brasil

Eduardo Toledo Neto

A preocupação dos governos, empresas, acadêmicos, e demais atores atuantes no mercado brasileiro sobre a possível ocorrência da doença holandesa surgiu em decorrência do aumento das exportações de *commodities* agrícolas; da possibilidade de exportação de biocombustíveis, em especial, do etanol; e das descobertas de petróleo na camada do pré-sal brasileiro. Essa preocupação é resultado do potencial crescimento do Brasil no grupo dos maiores exportadores mundiais de petróleo, e advém em razão da conseqüente valorização do real e de seus efeitos na indústria brasileira por meio da perda de competitividade no mercado externo. Por outro lado, existem opiniões contrárias à ameaça da doença holandesa, alegando que o País não padece do mal da desindustrialização.

Inicialmente, pode-se dizer que a percepção seminal desse fenômeno tenha se dado na Holanda, cuja economia foi marcada pelas descobertas de reservatórios de gás natural, em campos *offshore*, durante o início dos anos 60, não implicando aumento da produtividade pelo ingresso da renda do gás. O influxo dessas rendas apreciou a taxa de troca do câmbio e preço dos produtos domésticos, derrubando a produção e aumentando o desemprego a ponto de atingir 5,5% em meados da década de 70, nos setores de produtos comercializáveis (Mahmudlov, 2002:p.5). Ou seja, a queda da indústria holandesa como resultado da rápida expansão do gás foi denominada como "Doença Holandesa" (Coronil, 1997:p.7).

De forma análoga, a teoria da doença holandesa prevê que a desindustrialização sempre aconteça em

um país que tem recursos, dos quais derivam as rendas ricardianas e não toma as medidas necessárias para neutralização da doença. Assim, apesar de o fenômeno afetar a economia brasileira, sendo menos intenso ou menos grave do que os observados em países cuja produção é especializada em uma ou poucas *commodities* que geram expressivas rendas ricardianas, suas conseqüências em termos de lenta desindustrialização são preocupantes (Bresser-Pereira e Marconi, 2008).

E apesar da "bênção" de descobertas de recursos petrolíferos, o desenvolvimento de países ricos em exploração de recursos naturais tem, historicamente, apresentado péssimo desempenho, se comparado aos países não ricos em recursos naturais, em termos de desempenho do Produto Interno Bruto e indicadores sociais. No entanto, tradicionalmente, argumentam-se que os recursos, a menos que adotem políticas e medidas apropriadas, podem ser um custo e não uma bênção para o País (Mahmudlov, 2002:p.5). Ou seja, o natural custo do recurso pode ser compreendido pela relação negativa entre a abundância do recurso e a manutenção de elevado crescimento.

Nesse sentido, um boom do petróleo direcionaria para um redução em manufaturamento, e a real apreciação do câmbio é o mecanismo que faz esse trabalho (Corden, 1982; Corden e Neary, 1984). Isto é a Doença Holandesa (Hausmann e Rigobon, 2003:p.4-5). Sendo assim, o aumento das receitas baseadas em recursos, tal como o petróleo, cria uma grande capacidade para importar produtos comercializáveis, mas tipicamente provocam uma grande demanda por todas as mercadorias,

inclusive produtos não - comercializáveis, que não poderiam ser importados, mas deveriam ser produzidos localmente. O manufaturamento pode ser compreendido quando a economia move recursos de setores de produtos/recursos comercializáveis para expansão da produção de recursos não - comercializáveis, tais como construção e serviços.

Segundo Hausmann e Rigobon (2003), esta lógica, por ela mesma, não implica alguma ineficiência ou perda de bem-estar. Isso somente estabelece que o boom nas receitas dos recursos seria associado com a redução em atividades manufatureiras, mas não em todo crescimento. De modo que, não se pode explicar o porquê que um país crescerá mais lento, somente porque tem petróleo.

Os modelos da Doença Holandesa são aplicados sobre vários aspectos macroeconômicos para um problema específico, mas sua característica principal é a ênfase na renda e produção real nos diferentes setores (Corden, 1985:p.183). Em suma, o baixo desempenho econômico de países ricos em recursos pode ser chamado de Doença Holandesa (Corden, Wijnbergen, 1984).

Vale ressaltar a análise da doença holandesa realizada por Pang, Budina e Wijnbergen (2007) sob a ótica da teoria macroeconômica e das teorias dos recursos naturais, por meio das políticas fiscais adotadas na Nigéria, na qual foi analisado se o boom do petróleo sofreu melhoras ou fim da estagnação nos demais setores não ligados

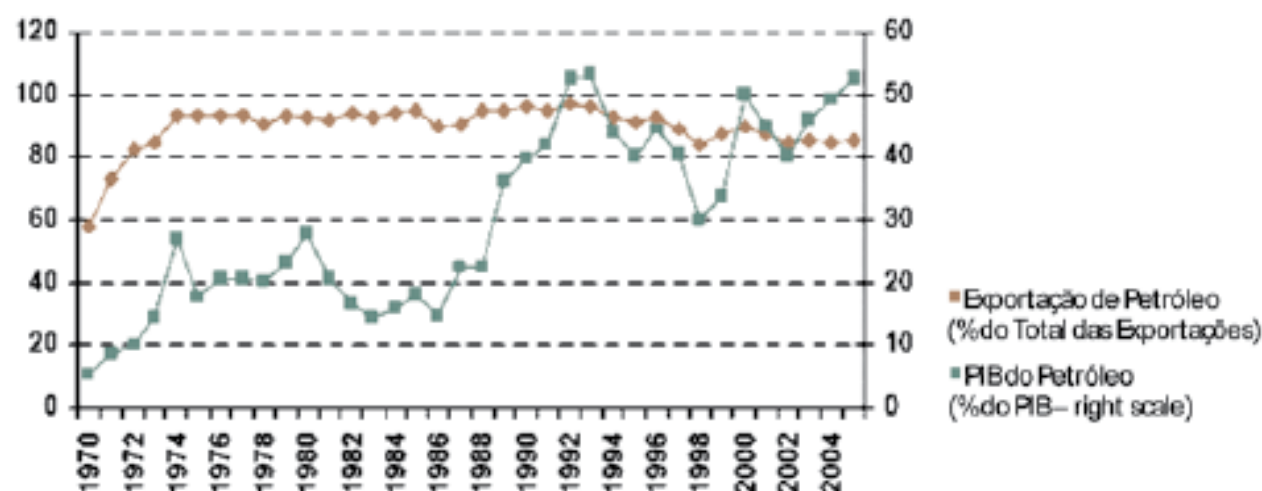
ao petróleo na Nigéria. Como resultado da pesquisa, houve indicações que a extrema volatilidade dos gastos é preferível aos efeitos da Doença Holandesa; as políticas fiscais falharam em atenuar a alta volatilidade da renda do petróleo; e, pelo contrário, os gastos do governo foram mais voláteis que a renda do petróleo.

Além disso, a pesquisa encontrou evidências que a volatilidade dos gastos foi elevada pelo aumento de endividamento, e a evidência de "voracity effects" incrementaram a volatilidade dos gastos, principalmente em 1984. *Voracity effects* refere-se a uma incapacidade institucional para harmonizar a competição entre grupos de interesse pela renda dos recursos em um país, provavelmente nos bons anos, procurando capturar os ganhos do esforço de seu lobby.

A experiência nigeriana revelou que os ganhos do petróleo tornaram-se fator dominante da economia na década de 1970, conforme pode ser visto pelos gráficos a seguir, implicando quadruplicar o Produto Interno Bruto - PIB - no período de 1971 a 2005, e resultando em uma geração de renda do petróleo na ordem de 390 bilhões de dólares, equivalentes a 90% das exportações e 80% do total das receitas governamentais (Pang, Budina e Wijnbergen, 2007:p.3).

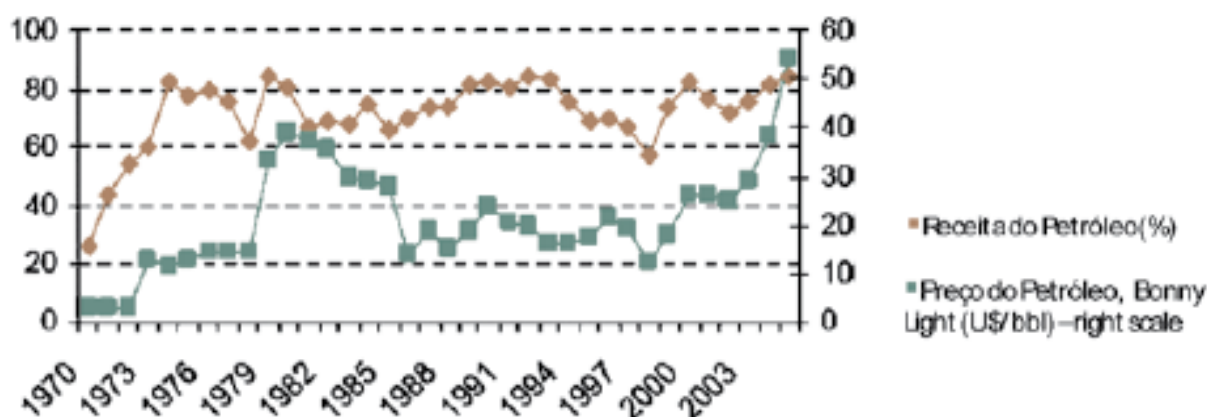
Por outro lado os gastos públicos federais e estaduais aumentaram seis vezes, resultando no financiamento do gasto público pela receita do petróleo, favorecido pelo

Gráfico 1 - Nigéria: dependência do petróleo



Fonte: Pang, Budina e Wijnbergen, 2007:p.4

Gráfico 2 – Nigéria: curva de dependência da receita x petróleo



Fonte: Pang, Budina e Wijnbergen, 2007:p.4

aumento dos preços na década de 1970. Entretanto, não houve alcance de melhor nível no desempenho educacional, na qualidade da infraestrutura, no combate ao desperdício e na corrupção.

A pobre governança e as instituições fracas contribuíram, fundamentalmente, para a dívida pública nigeriana, sendo que a maioria dos projetos foi financiada por empréstimos públicos, e sem atingir patamar de retorno necessário para reembolso do governo; sendo que, na década de 1980, a dívida externa aumentou 160%, enquanto as reservas internacionais quase se exauriram (Pang, Budina e Wijnbergen, 2007:p.4-5).

A política fiscal foi o principal fator da expansão da dívida durante os anos de 1981 a 1983, resultando em uma elevada depreciação da taxa de câmbio em 1986. Ou seja, o governo nigeriano precisou adotar medidas drásticas de corte de gastos públicos, incluindo como prioridade o programa de investimento, redução do emprego no serviço público, redução dos subsídios e aumento do custo de recuperação nas paraestatais. Além disso, adotou um preço de referência de petróleo, de esfera fiscal, tornando-se um importante passo na implementação da agenda de reforma fiscal, possibilitando ao desenho fiscal uma noção de longo prazo do preço do petróleo ligados ao gasto governamental. Com isso, no período de 2000 a 2005, o PIB real, não envolvendo petróleo, cresceu, em média, 5,9% ao ano, que juntos com a significativa produção de petróleo

resultou na duplicação do PIB per capita, quadruplicou as reservas internacionais, e reduziu 86% do seu endividamento com o Clube de Paris (Pang, Budina e Wijnbergen, 2007:p.6-8).

É interessante destacar que, além do baixo crescimento da economia que naturalmente aparece em virtude da concentração de gastos da riqueza do petróleo em setores de produtos não - comercializáveis, ou seja, não produtores de *commodities*, a volatilidade dos preços das *commodities* e das rendas de recursos naturais podem se traduzir em instabilidade macroeconômica e uma alta volatilidade da taxa de câmbio real. Para tanto, a volatilidade pode ser vista como um imposto sobre o investimento, sendo que o investimento requer decisões irreversíveis, ou seja, capital programado não pode ser movido para outros setores. A alta volatilidade dos preços desencoraja investimento para setores específicos (Pang, Budina e Wijnbergen, 2007:p.23).

Duas principais lições foram tiradas sobre a pesquisa realizada na Nigéria, primeiramente, o planejamento de longo prazo de comprometimento de gastos, baixo suficiente para encontrar com uma muito menor renda de petróleo, projetados na base recente dos preços desenvolvidos para assegurar sustentabilidade e evitar um outro aumento da dívida, induzindo a uma década de miséria; a segunda lição consiste no gerenciamento da taxa de câmbio, sendo que uma taxa de câmbio real deve apreciar quando os preços do petróleo aumentam,



A desindustrialização se manifesta no aumento da participação das *commodities* no valor adicionado total e na redução da participação do valor adicionado do setor de manufaturados no valor adicionado da produção de bens comercializáveis (Bresser-Pereira e Marconi, 2008).



e o não - acomodamento por meio de uma flexível taxa de câmbio nominal implica inevitável alta da inflação doméstica(Pang, Budina e Wijnbergen, 2007:p.23-24).

Conforme Bresser-Pereira e Marconi (2008), a análise do comportamento recente do comércio exterior brasileiro mostrou que o aumento dos preços das *commodities* exportadas e a eliminação dos mecanismos de neutralização agravam a Doença Holandesa. A desindustrialização se manifesta no aumento da participação das *commodities* no valor adicionado total e na redução da participação do valor adicionado do setor de manufaturados no valor adicionado da produção de bens comercializáveis (Bresser-Pereira e Marconi, 2008).

Alguns sintomas da Doença Holandesa que a economia brasileira vem sofrendo são os seguintes(Bresser-Pereira e Marconi, 2008):

- redução da taxa de câmbio, em função do aumento das exportações, sendo mais intenso para *commodities* que os manufaturados no período entre 2002 e 2007;
- evolução positiva da balança comercial das *commodities* após 1992, enquanto os manufaturados sofreram retração;
- evolução das *commodities* na balança comercial é desassociada da taxa de câmbio, evidenciando que outros fatores influem no comportamento das vendas

e compras externas destes produtos, enquanto a evolução da balança comercial dos manufaturados é fortemente vinculada à taxa de câmbio;

- os preços e “quantum” das exportações de *commodities* cresceram mais que os dos manufaturados;
- aumento da participação das *commodities* no valor adicionado total; e
- queda na participação dos não-comercializáveis na renda nacional, e diminuição da participação dos manufaturados comercializáveis no valor agregado total de bens comercializáveis.

Hausmann e Rigobon(2003) ressaltam que a relação negativa entre a exploração do recurso natural e o crescimento econômico do país, o denominado curso natural do recurso, no longo prazo, pode afetar os países exportadores, os quais se tornariam mais pobres quando o petróleo é explorado excessivamente, e tornariam-se mais ricos quando o petróleo é explorado de modo sustentável.

Por outro lado, o incremento das exportações de manufaturados contribui para o desenvolvimento do país de duas formas: a) pelo lado da demanda, estimulando a produção deste setor, o qual exerce um grande impacto positivo e encadeador sobre a produtividade e a renda per capita de toda a economia; e b) pelo lado da oferta, gerando externalidades que podem ser aproveitadas por toda a indústria, na medida em que a concorrência externa induz a aprimoramentos no processo produtivo que são incorporados pelos demais setores da economia (Bresser-Pereira e Marconi, 2008).

De modo contrário, Nakahodo e Jank (2006) coloca a Doença Holandesa como uma falácia no Brasil, apoiando-se, primeiramente, nos seguintes aspectos: a) as *commodities* e produtos manufaturados cresceram bastante, mas reconhecendo o maior nível das *commodities*, 8,5%, e 5,6% dos manufaturados; b) a parcela do valor das *commodities* no total da pauta brasileira cresceu pouco na última década, variando de 30% a 40% da pauta; c) atribui novo índice para os preços de *commodities* primárias, diminuindo o peso do setor energético, por meio de peso relativo da cesta de exportações, de modo a não atribuir existência de uma alta histórica e duradoura de preços nas *commodities* exportadas pelo Brasil; d) o aumento das quantidades exportadas tem enorme impacto no crescimento do valor das

exportações de *commodities*; e e) contesta-se o processo de desindustrialização em virtude dos superávits da balança comercial nos produtos não - comercializados, recuperação do emprego industrial e posição contrária à produção de *commodities* não ser considerada atividade industrial.

A ocorrência efetiva da Doença Holandesa também pode ser considerada como uma consequência da má gestão da renda do petróleo. Dessa maneira, os fundos do petróleo podem assumir papel fundamental na prevenção do desequilíbrio entre o desenvolvimento econômico e o crescimento da renda do petróleo em um país; atuando como um mecanismo de estabilização dos gastos no propósito de aumentar o bem-estar da população e diminuir o nível de desemprego.

A principal meta da criação de fundos é manter a receita dos recursos naturais separada de outras receitas do Estado, no intuito de neutralizar os efeitos das vultosas entradas de receita na taxa de câmbio, exportações, setores manufaturados da economia, e/ou para assegurar a equidade intergeracional. Nesse sentido, a República do Azerbaijão e a República do Cazaquistão estabeleceram fundos de petróleo para evitar o potencial perigo da Doença Holandesa, cabendo destacar algumas recomendações sugeridas aos formuladores de políticas desses países que podem contribuir na reflexão do caso brasileiro, em relação à criação de fundos (Mahmudlov, 2002:p.58-62):

- os governos não devem ignorar a arrecadação dos demais tributos, em virtude da elevada volatilidade dos preços externos, de modo que a renda do petróleo deveria ser considerada como um instrumento catalizador, temporário, de ajuda na estruturação necessária para o equilíbrio e crescimento sustentável;

- diversificação da economia, e em particular ao Setor Petróleo, agregando produção de derivados não produzidos anteriormente, ou em escala não suficiente;

- implementação de políticas públicas de encorajamento a maior poupança doméstica e não dolarização;

- aceleração da abertura comercial, visando ajudar nos futuros *overshootings* da taxa de câmbio real, sendo que, do contrário, a perda da competitividade é inevitável;

- aceleração da privatização, ou seja, se o desenvolvimento de setores não ligados ao petróleo é desejável,

pode ajudar a trazer setores ineficientes para os padrões internacionais, permitindo a competição com companhias estrangeiras;

- redução da corrupção a partir do estabelecimento de procedimentos internos e institucionais de combate à corrupção, e empoderamento das instituições anticorrupção, a fim de que possam processar as entidades oficiais que violem as normas anticorrupção;

- fortalecimento do judiciário, bem como da transparência e responsabilização na tomada de decisão pública.

Ademais, cabe registrar a preocupação da estatal brasileira Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras, por meio de seu Presidente em exposição sobre o planejamento estratégico da Petrobras e seu Plano de Negócios para o período 2009-2013, no Congresso Nacional, em março de 2009, quando ressaltou que o novo marco regulatório para o Pré-Sal deve contemplar um cenário com risco exploratório minimizado, perigo da doença holandesa, e aumento de participação no FIB a mais dos atuais 10% (Petrobras, 2009).

A República do Azerbaijão e a República do Cazaquistão estabeleceram fundos de petróleo para evitar o potencial perigo da Doença Holandesa, cabendo destacar algumas recomendações sugeridas aos formuladores de políticas desses países que podem contribuir na reflexão do caso brasileiro, em relação à criação de fundos (Mahmudlov, 2002:p.58-62)

A Petrobras apresentou sua política de conteúdo nacional baseada na perspectiva empresarial de sustentabilidade, calcada na diversificação, desenvolvimento e custos, fortalecendo o mercado interno pelo aumento da capacidade instalada e adesão de novos fornecedores; ou seja, a geração emprego e renda para fortalecimento da economia brasileira. E, ainda, informou na política de conteúdo nacional destinada a evitar a doença holandesa na economia brasileira que estuda alternativas, em conjunto com as instituições ministeriais do governo federal, para prevenir e tomar decisões públicas ante a ameaça da Doença Holandesa (Petrobras, 2009).

Nesse sentido, a análise da possibilidade de ameaça da Doença Holandesa no Brasil deve ser considerada sobre os variados momentos e períodos relativos ao nível de atividade econômica, nacional e internacional, contextualizando os momentos de elevado crescimento, assim como os choques ocorridos por crises financeiras, a exemplo da crise financeira atual, e os possíveis e aleatórios ruídos econômicos futuros, de modo a indicar os aspectos facilitadores ou limitantes para ocorrência do fenômeno no País.

Vale ressaltar que o atual momento de crise financeira traz algumas lições que podem contribuir na análise da possibilidade de ameaça da Doença Holandesa. Assim, a mais importante lição de 2008 foi observar quão é frágil a confiança, pois apesar das medidas tomadas pelos governos, os bancos ainda estão relutantes em

emprestar dinheiro, cujos milhões ou bilhões foram providos pelo próprio governo. Outra lição é que o mundo está interconectado, e dada a natureza global da crise, a coordenação e responsabilidade das políticas são exercidas em nível global, ou seja, a atualização da governança financeira internacional é necessária e pode ocorrer por meio de uma nova arquitetura financeira (Bustillo *red l.* 2009).

A crise financeira atual contribui para o entendimento da ocorrência e limitações do fenômeno, demonstrando o necessário desenvolvimento de um arranjo institucional compromissado com uma coordenação e responsabilização por tomada de decisões políticas de impactos globais. É resoluto no País que não há suficiente capacidade institucional para harmonizar a competição pela renda do petróleo, devido à carência de marco regulatório que proporcione um melhor patamar da qualidade da regulação, visando alcançar os resultados efetivos das políticas direcionadas a evitar a Doença Holandesa.

As significativas preocupações emergiram nos últimos anos, tendo em vista a elevada apreciação do Real, inicialmente, em virtude do aumento das exportações de *commodities* agrícolas; e a *posteriori*, com as exportações de biocombustíveis e descobertas de elevadas reservas de petróleo no pré-sal. No campo das *commodities*, vale ressaltar que a sua valorização decorre do aumento de preços, que passaram a maior parte do ano de 2008 apresentando forte correlação



com os preços do petróleo e demais metais. No entanto, há temor de novo descasamento entre os preços praticados no mercado e custos de produção, aliado à redução na oferta de crédito.

Há indícios de que os efeitos cumulativos dos setores agrícolas e petrolíferos possam gerar volume de receita suficiente para que ocorra uma significativa redução na taxa de câmbio, e consequentes distorções de preços domésticos; implicando alcance de taxas de crescimento bastante superiores aos produtos manufaturados; modificações consequentes no preço relativo dos produtos na pauta de exportação; todavia, apesar de o aumento das quantidades exportadas afetarem o crescimento do valor das exportações de *commodities*, o impacto não será reduzido, mas de forma contrária, pode ser compensado pelos efeitos das crescentes exportações do setor petrolífero. Cabe destacar que a evolução das *commodities* é desassociada do câmbio, e a evolução dos manufaturados é vinculada ao câmbio.

Logo, as principais preocupações de ameaça da Doença Holandesa encontram concretude quando atribuem elevado risco à apreciação do Real, promovida por esses setores e seus potenciais efeitos na indústria brasileira por meio da queda de produtividade e perda de competitividade no mercado externo. Com isso, a questão principal não está na ameaça, pois a mesma é real, mas sim no "quantum" de Doença Holandesa pode ser verificado e a que velocidade de contágio se manifestará de forma mais abrupta ou permanecerá em patamares administráveis, conforme os efeitos cumulativos intersetoriais e condições de crescimento vertiginoso das exportações brasileiras. Pode-se reconhecer pela experiência nigeriana, que é preferível a volatilidade da taxa de câmbio à ocorrência da Doença Holandesa, e que uma taxa de câmbio real deve ser reduzida quando os preços do petróleo aumentam, e se a acomodação não for sob regime cambial flexível, implica inevitável alta da inflação doméstica.

Referências bibliográficas

BRESSER-PEREIRA, L.C.; MARCONI, Nelson. **Existe Doença Holandesa no Brasil?** In: **Fórum de Economia da Fundação Getúlio Vargas**, 4. 2008.[Anais...]. [Rio de Janeiro], 2008.p.21.

BUDINA, Nina; PANG, Gaobo; VAN WIJNBERGEN, Sweder. **Nigeria's Growth Record: Dutch Disease or Debt Overhang?**. (World Bank Policy Research Working Paper;4256). BUSTILLO ET AL., 2009., Inés; VELLOSO, Helvia. **The Global Financial Crisis: What Happened and What's Next**. Washington: United Nations, ECLAC Office in Washington, 2009. p. 51. (Series Studies and Perspectives 4.) CORDEN, M. **The Relevance for Developing Countries of Recent Developments in Macroeconomic Theory**. Cambridge: Harvard University Press, 1985.

CORDEN; WILJNBERGEN, 2007.; NEARY, J.P. **Booming Sector and Deindustrialisation in a Small Open Economy**. *The Economic Journal*, v. 92, p. 829-831, Dec. 1982.

CORONIL, Fernando. **The Magical State, Nature, Money and Modernity in Venezuela**. Chicago: The University of Chicago Press, 1997.

HAUSMANN, Ricardo; RIGOBON, Roberto. **An Alternative Interpretation of the 'Resource Curse': Theory and Policy Implications**. January, 2003. (NBER Working Paper No.W9424).

MAHMUDLOV, Siraj M. **Practice and Application of Oil Funds: Azerbaijan and Kazakhstan as case studies in addressing the dutch disease**. Duquesne University. November, 2002.90p. (ProQuest. UMI Number: 1409164).

PETROBRÁS (Brasil). **Plano de Negócios: período 2009-2013**. Audiência Pública da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados. Brasília, mar. 2009.

NAKAHODO, S.Nakao; JANK, Marcos. **A Falácia da Doença Holandesa no Brasil**. São Paulo: Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais, mar. 2006.

WIJNBERGEN, S. van. **The Dutch Disease: A Disease After All?** *The Economic Journal*, v. 94, Issue 373,p.41-55, mar.1984.



Eduardo Toledo Neto

Economista pela Universidade de Brasília – UnB; Especialista em Regulação do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (desde 2005); Analista Ambiental (2004) e integrante da Carreira Finanças e Controle (1998 a 2004); também Diretor de Estudos e Pesquisa do Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Reguladoras – SINAGÊNCIAS

PRÊMIO CNI DE ECONOMIA

PRÊMIO **CNI** DE ECONOMIA 2009

Para quem não economiza boas idéias

Para estimular a pesquisa econômica aplicada de alta qualidade sobre temas relevantes para a indústria brasileira, a CNI irá premiar os melhores artigos nas categorias Economia Industrial (R\$ 30 mil) e Intermediação Financeira e Crescimento Industrial (R\$ 20 mil).

Inscrições
1º de julho a 31 de agosto de 2009

Participe!

Apresentado por
OPPC
Organização Promotora do Prêmio CNI de Economia

www.cni.org.br/premioideconomia

CNI
CONFIANÇA NA INDÚSTRIA

 **4º Concurso de Monografias da CGU**
Controladoria-Geral da União

Temas:
1. Prevenção da corrupção
2. Combate à corrupção

Premiação:
Categoria Universitários
1º colocado - R\$ 6 mil
2º colocado - R\$ 3 mil
Categoria Profissionais
1º colocado - R\$ 20 mil
2º colocado - R\$ 10 mil

Prazos finais para entrega da monografia:
via carta registrada - 08/07/2009
via sedex - 15/07/2009

Regulamento:
www.cgu.gov.br
www.esaf.fazenda.gov.br

Informações:
Fone: (61) 3412-6088
Fax: (61) 3412-6086
E-mail: concurso-cgu@esaf.fazenda.gov.br



IV PRÊMIO SEAE 2009

Concurso de Monografias sobre os temas:
Defesa da Concorrência e Regulação Econômica

Premiação
Categoria Estudantes de Graduação
R\$ 5.000,00 - 1º colocado em cada tema
R\$ 3.000,00 - 2º colocado em cada tema
R\$ 2.000,00 - 3º colocado em cada tema
Categoria Profissionais
R\$ 20.000,00 - 1º colocado em cada tema
R\$ 10.000,00 - 2º colocado em cada tema
R\$ 5.000,00 - 3º colocado em cada tema

Certificado e Publicação da Monografia

Prazo Final para entrega da Monografia
14/9/2009
Via Carta Registrada ou Sedex

Informações
(61) 3412-6018 - Fax (61) 3412-6016
premio-seae@esaf.fazenda.gov.br
Regulamento: www.esaf.fazenda.gov.br



Não quebre a corrente!

O Corecon/DF defende os interesses da categoria e trabalha pela valorização dos economistas.

Mas, para que esta luta seja bem-sucedida, é importante a participação de todos. Visite o seu Conselho. Critique. Dê sugestões.

Participe!
A conquista é de todos.

Conselho Regional da Economia da 11ª Região-DF
SCS Qd. 04, Ed. Embaixador, Sala 202
CEP 70300-907 - Brasília - DF
Tels: (61) 3225-9342 / 3223-1429
3064-8366 / 3064-8368
Fax: (61) 3064-8364
E-mail: corecondf@corecondf.org.br
Site: www.corecondf.org.br

